

PESQUISA EDUCAÇÃO MUSEAL BRASIL – PEMBRASIL: CONHECER AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DOS MUSEUS BRASILEIROS PARA FUNDAMENTAR A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL

Marielle Costa¹
Renata Silva Almendra²

RESUMO: Apresenta-se um panorama da carência de dados sobre o desenvolvimento da Educação Museal do Brasil e as potencialidades da Pesquisa Educação Museal Brasil – PEMBrasil para a correção do problema. A pesquisa, realizada em cooperação com a Universidade Federal da Bahia- UFBA e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB por meio do Observatório de Economia Criativa da Bahia, está em seus estágios iniciais e servirá à consolidação da produção de informação em educação museal em âmbito nacional, por meio da investigação sobre as práticas educativas desenvolvidas pelas instituições museológicas brasileiras; e ao acompanhamento da implementação da Política Nacional de Educação Museal.

Palavras-chave: Museus; Educação Museal; Pesquisa; Produção de Dados, Política Pública.

Ao longo de mais de 100 anos de desenvolvimento da educação museal no Brasil, é muito perceptível a evolução das práticas, metodologias e demais processos que tocam os aspectos educativos dos museus. Em grande medida, a interlocução entre educadores museais tem sido o principal meio de estímulo e aprimoramento desse trabalho. As discussões sobre a prática educativa, sobre as condições para a sua realização, sobre a formação e profissionalização dos educadores, e sobre o tratamento dado ao trabalho

¹ Licenciada em Artes Visuais (2009). Servidora do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, desde 2018 é chefe da Divisão de Educação da Coordenação de Museologia Social e Educação – COMUSE, área responsável pelas ações referentes à Política Nacional de Educação Museal e pela plataforma de difusão de conhecimento Saber Museu, além do assessoramento técnico aos setores educativos dos museus geridos pelo Ibram. Desde 2019 integra a Mesa Técnica de Formação e Capacitação do Programa Ibermuseus. E-mail: mariellecg@gmail.com

² Historiadora e Museóloga com doutorado em História Cultural pela Universidade de Brasília (2020). Possui especialização em Educação a Distância (UnB, 2009) e especialização em Artes Visuais: Cultura e Criação (Senac, 2012). Atualmente é servidora pública de nível superior no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), atuando na Divisão de Educação da Coordenação de Museologia Social e Educação. Trabalha como professora na Divisão de Educação do Centro Universitário Icesp, em Brasília, e é professora tutora do curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Aberta do Brasil/UnB. Tem como área de atuação a história cultural da arte, história urbana, patrimônio, educação e museus. E-mail: renataalmendra@gmail.com

educativo pelas instituições, geraram reflexões e proposições que vão dando forma e estabelecendo as especificidades da educação museal como campo do conhecimento, abordagem pedagógica, atuação profissional e perspectiva política na esfera da memória.¹²

A mobilização dos profissionais museais de todas as regiões do país pela qualificação da função educativa dos museus, foi tão potente que deu origem à Política Nacional de Educação Museal - PNEM. Esse mesmo contexto estimulou a criação de novas Redes de Educadores em Museus, a exemplo da organização que já atuava no Rio de Janeiro(RJ) desde 2003, e fortaleceu a atuação desses grupos e seus vínculos internos.

Cabe aos órgãos formuladores de políticas públicas ter sensibilidade e gerar mecanismos de escuta para perceber, compreender e priorizar as diversas demandas que chegam a eles, levando em conta também as condições estruturais do Estado para a viabilização de respostas que sanem os problemas levantados, atuando para o atendimento do interesse público.

Exercendo esse papel, o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram assumiu a interlocução com a sociedade civil organizada, com museus, instituições culturais e universidades, e passou a conduzir o processo que deu origem à Política Nacional de Educação Museal.

Inicialmente, foram criadas instâncias de consulta e construção participativa visando à constituição de um Programa Nacional de Educação Museal. Para instrumentalizar esse diálogo, foi lançado em 2012, durante o 5º Fórum Nacional de Museus, em Petrópolis (RJ), o blog do Programa, com 9 fóruns de discussão: Perspectivas conceituais; Gestão; Profissionais de Educação Museal; Formação, capacitação e qualificação; Redes e parcerias, Estudos e pesquisas; Museus e Comunidade; Acessibilidade e Sustentabilidade. Foram realizados também encontros presenciais regionais que abrangeram o território nacional. As discussões foram organizadas em torno do alinhamento de marcos estruturantes, conceituais e legais, dos campos cultural e museal brasileiros, tais como a Política Nacional de Museus, o Plano Nacional de Cultura - PNC, o Plano Nacional Setorial de Museus e o Estatuto de

Museus³ e seus resultados foram consolidados em 411 propostas e 355 destaques, que sistematizados constituem o Documento Preliminar da Política Nacional de Educação Museal - PNEM.

Em dois encontros nacionais, foram feitas deliberações que geraram a configuração final da PNEM, instituída em 2017 pela Portaria Ibram nº 422, de 30 de novembro de 2017, revogada e revisada pela Portaria Ibram nº 605, de 10 de agosto de 2021. Ao fim do processo de institucionalização, a PNEM estava constituída por 5 princípios e 19 diretrizes organizadas em três eixos: Gestão; Profissionais, Formação e Pesquisa; Museus e Sociedade.

Apesar de tantos aspectos positivos, essa movimentação careceu de informações referentes ao campo, que permitissem a sua caracterização, necessária para fundamentar objetivos e propostas de solução para as demandas identificadas de forma empírica no exercício profissional cotidiano dos educadores engajados no processo de elaboração participativa da PNEM.

Conforme descreve o manual *Políticas Públicas: conceitos e práticas* do Sebrae de Minas Gerais, à fase de formulação das políticas públicas precede a formação da agenda. Um dos principais elementos para a fundamentação desta agenda é o conhecimento de dados sobre a realidade do campo que se pretende contemplar:

(...) indicadores são uma série de dados que mostram a condição de determinada situação. Se esses indicadores apresentarem uma situação problemática, ela poderá ser inserida na Agenda Governamental para sofrer interferência do poder público.

Idealmente, apenas depois de estabelecido o panorama a partir de dados sobre a realidade na qual se pretende interferir, é que se passaria à formulação da política pública propriamente dita.

O planejamento estratégico da implementação e acompanhamento da PNEM evidenciou a falta de um diagnóstico sobre as condições de realização das práticas

3 O Plano Nacional de Cultura foi instituído pela Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010 e o Estatuto de Museus instituído pela Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

educativas em museus e processos museais no Brasil, e a necessidade crescente de levantamento de dados específicos sobre Educação Museal.

A ausência de informações mais organizadas sobre o campo não permite, até o momento, o estabelecimento de parâmetros para verificação do impacto, nem da adesão dos profissionais e instituições às proposições da PNEM, apesar dos esforços empreendidos nesse sentido.

Em 2010, a Coordenação de Museologia Social e Educação – Comuse, do Departamento de Processos Museais – DPMUS do Ibram realizou uma pesquisa dirigida aos educadores dos museus integrantes do Ibram, presentes em apenas 9 estados (Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina), em 4 regiões do país, com o propósito de conhecer a organização dos educativos dos museus que tiveram sua gestão atribuída ao recém criado Instituto . A análise dos dados obtidos foi apresentada no 1º Encontro de Educadores do Ibram, ocorrido no Museu Imperial/Ibram, entre junho e julho de 2010. Essa foi a ocasião seminal da construção da PNEM, pois os resultados da Pesquisa e das discussões que ocorreram nesse Encontro, registrados na Carta de Petrópolis, foram os subsídios tomados para elaboração de uma política para o campo.

Em 2014, o Ibram realizou a Pesquisa Anual de Museus – PAM, primeira ação de monitoramento do Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM, instrumento de implementação da Política Nacional de Museus, de planejamento e projeção de agenda para o campo museológico, elaborado de forma participativa durante o 4º Fórum Nacional de Museus.

Entre os temas transversais constituintes do PNSM está o seguinte:

- Educação e ação social: Consolidação de prática de desenvolvimento de projetos sociopedagógicos e culturais que combine estratégias de parcerias com o setor de ensino formal, promovendo os conteúdos dos museus como ferramentas educativas e estratégias de aproximação com as comunidades onde estão os museus, para inseri-las no processo de elaboração dos projetos sociopedagógicos e culturais dos museus.

O tema foi expresso em diretrizes diversas do Plano e, para o seu acompanhamento, foram estabelecidos os seguintes indicadores, a que correspondem os alguns dos primeiros dados levantados pelo Ibram em relação à Educação Museal em âmbito nacional:

- A existência de equipe que trabalha EXCLUSIVAMENTE no desenvolvimento e realização de ações educativas e culturais;
- Porcentagem de Museus, segundo a realização de visitas com guia/mediador/monitor;
- Porcentagem de museus que realizam visitas com guia/mediador/monitor, segundo a necessidade de agendamento;
- Porcentagem de museus, segundo a disponibilização de equipamentos de audioguia;
- Porcentagem de museus, segundo a realização de atividades educativas e culturais para públicos específicos.

Todos os dados foram apresentados relativamente ao aspecto nacional geral, por região e pela natureza administrativa dos museus.

Antes disso, a publicação *Museus em Números – Volumes 1 e 2* apresentava uma seção chamada “atividades”, que engloba a existência ou não de setor/divisão educativa; a oferta de visitas guiadas; a necessidade de agendamento para essas visitas e a natureza administrativa das instituições em relação à realização de visitas guiadas. A seção “Atividades Culturais e publicações” também traz dados sobre realização de cursos e oficinas, de produção de materiais didáticos, dentre outras formas de publicação.

Em 2019 o Ibram fez uma nova consulta ao campo, atendo-se à observação de aspectos que expressam as condições de desenvolvimento da função educativa nos museus que integram o Instituto. Os resultados da consulta apontam a necessidade generalizada de melhorias relativas à gestão, distribuição de recursos humanos e orçamentários, capacitação e autonomia para os profissionais de Educação Museal, criação de mecanismos estruturantes para o desenvolvimento de ações educativas, comunicação das ações, e à integração de agentes diversos da sociedade na realização

da função educativa nos museus. A PNEM foi o principal referencial utilizado para a formulação dessa pesquisa e para a análise dos dados obtidos, e os achados mostraram a conveniência de a experiência ser estendida para os demais museus brasileiros, ganhando caráter nacional.

Outras iniciativas foram realizadas, seja de cunho individual, para a fundamentação de trabalhos acadêmicos, seja pelas Redes de Educadores de Museus, mas são insuficientes quanto à cobertura territorial e à abrangência temática necessária a um levantamento de dados em Educação Museal em âmbito nacional com o propósito de subsidiar a realização de política pública. Seria desejável que pesquisas com esse caráter sejam estabelecidas de forma periódica, de modo a possibilitar o acompanhamento do desenvolvimento de ações para a Educação Museal no Brasil e sua adesão à PNEM, com foco na função educativa dos museus brasileiros.

A percepção reunida pelo Ibram desde sua criação demonstra que a PNEM é ainda pouco conhecida nas regiões Centro Oeste, Norte e Nordeste. Pode ser um reflexo da maior concentração de instituições museais nas regiões Sul e Sudeste, assim como da maior eficácia da comunicação do Ibram nessas mesmas regiões, pela concentração de suas unidades museológicas na região Sudeste, sobretudo em Minas Gerais e Rio de Janeiro, fruto do processo histórico de implantação dos seus museus decorrente do processo de desenvolvimento socioeconômico do país, e da trajetória mais específica das políticas de patrimônio cultural.

Essa concentração também impacta a atuação das Redes de Educadores em Museus, organizações tão fundamentais para a implementação da PNEM quanto o foram para a sua elaboração. Diante das necessidades aqui apresentadas, o Ibram se mobiliza para realizar, por meio de descentralização de recursos, uma pesquisa nacional que permitirá identificar aspectos práticos que subsidiarão a construção de soluções que minimizem gradualmente os grandes prejuízos dessa desigualdade, estimulem a reflexão sobre educação museal e promovam seu desenvolvimento em todas as regiões do país.

A Pesquisa Educação Museal Brasil – PEM Brasil, já em curso, é realizada em cooperação com a Universidade Federal da Bahia– UFBA e a Universidade Federal do

Recôncavo da Bahia– UFRB, por meio do Observatório de Economia Criativa da Bahia, integrado por pesquisadoras e pesquisadores de ambas universidades.

O alinhamento conceitual em desenvolvimento pela equipe da PEM Brasil é uma das etapas do produto 1, o Desenho Avaliativo. Um dos instrumentos para esse alinhamento é a realização de entrevistas semiestruturadas com agentes diversos do campo da educação museal: educadores, articuladores, pesquisadores, técnicos. Foram perguntados sobre como veem o panorama atual da educação museal no Brasil; sobre as expectativas que têm sobre a realização de uma pesquisa nacional com esse tema e que sugestões teriam para a difusão da pesquisa e de seus resultados.

Quanto ao panorama atual da educação museal no Brasil, a reunião das respostas aponta os seguintes tópicos:

- Referência e inovação: o Brasil é um dos poucos países que tem uma política construída de forma participativa e delineada para esse campo, no âmbito de políticas culturais de Estado (PNC, PNM e PNEM), orientando a definição de uma agenda para a estruturação do campo;
- Em dimensões mais concretas e operativas a Educação Museal é pouco estruturada e inconsistente;
- O desenvolvimento do campo é muito desigual e há pouco conhecimento das precariedades e potências regionais fora do eixo RJ- SP. A realidade do campo é muito discrepante nas cinco regiões;
- É defasado o entendimento que existe sobre o que é educação museal: muitos museus fazem Educação Museal e não sabem;
- Grande dificuldade de articulação no atual contexto histórico, social e político;
- As trabalhadoras e os trabalhadores de educação museal estão muito vulneráveis quanto à formação profissional, quanto à remuneração, quanto à legitimidade perante os gestores das instituições, quanto à infraestrutura que dispõem para realização do trabalho.

Quanto às expectativas sobre a realização da pesquisa, os tópicos abaixo foram os mais recorrentes:

- Abrangência nacional da pesquisa, de forma a abarcar e revelar as discrepâncias regionais existentes no campo;
- Possibilitar o monitoramento da implementação da PNEM - perguntas que demonstrem a evolução de dados quantitativos e qualitativos relativos às diretrizes da PNEM;
- proposições para a definição de indicadores para a realização de séries históricas;
- Abordar processos de formação, profissionalização e qualificação do desempenho dos profissionais do campo, bem como os regimes de trabalho e tipos de vínculos empregatícios nos museus;
- Estruturação e gestão dos (setores) educativos quanto aos recursos disponíveis, constituição de equipes, caracterização dos públicos atendidos (elemento definidor do planejamento das ações educativas), previsão orçamentária (sistemática) para o desenvolvimento das ações educativas e para a capacitação de profissionais, existência de PEC (e se o PEC se vincula ou não ao Plano Museológico)
- Revelar os embasamentos e referenciais teóricos que fundamentam o trabalho educativo;
- Caracterização dos diversos públicos atendidos pelos educativos;
- Abordagem da relação museu-escola
- Formas de articulação dos educadores em redes, fóruns, sistemas, etc.

As sugestões relativas à difusão apontam a grande preocupação dos agentes entrevistados com a democratização do processo e com a acessibilidade de seus resultados:

- Acionamento de redes locais, REMs, Sistemas Estaduais de Museus, associações, articuladores regionais, etc.
- Acionamento das estruturas de governo de cada estado (prefeituras, secretarias de cultura, instituições de cultura, de patrimônio cultural).
- Estabelecimento de metodologia ativa: entrevistas/aplicação do questionário por telefone e até mesmo presenciais;
- Realização de eventos de ativação e discussão sobre pesquisas em Educação Museal e sobre essa pesquisa especificamente: seminários, encontros, rodas de conversa, oficinas.
- Previsão de formatos diversificados, para o atendimento de diferentes públicos. Atenção às pessoas com deficiência e suas necessidades específicas, e à simplicidade da linguagem com vistas à acessibilidade da informação, com os dados facilmente identificáveis.

Essas são percepções corroboradas pelos dados existentes e pelas trocas e diálogos que se estabelecem no campo.

Para além dos desafios já mencionados, os estágios iniciais da pesquisa evidenciam a dificuldade em estabelecer entendimentos comuns sobre várias das definições, características e conteúdos da educação museal. Na existência do museu, por ser entendida como intrínseca a ele, na sua função educativa, no seu papel social: como situar a educação museal? As respostas podem variar muito num campo essencialmente diverso e desigual quanto à instrumentalização disponível para instituições e profissionais.

A abordagem a quaisquer aspectos da educação museal em geral começa com a retomada do conceito, o anseio por uma definição ou mesmo por um apontamento de que a educação museal não seja sustentável como conceito. E vários dos profissionais que realizam ações de educação museal estão alheios a existência de conceito e prescindem de definições a respeito. Muitas instituições desenvolvem exemplarmente sua função educativa e, no entanto, não caracterizariam o seu trabalho dessa forma.

Sendo assim, a pesquisa em questão deve investigar a realidade da educação museal pressupondo a impossibilidade de um alinhamento conceitual *a priori*. Tudo indica que as respostas sobre a realização ou não de ações educativas e sobre a adequação das condições de desenvolvimento da função educativa serão construídas a partir de um mosaico de perguntas atinentes à realidade concreta; a dimensão conceitual poderá ser conhecida a partir da leitura do conjunto de respostas.

Educação é sempre educação e traz em si o propósito de possibilitar aprendizagem, construir conhecimentos, promover o desenvolvimento dos indivíduos e instrumentalizá-los para a vida em sociedade, para a evolução de princípios éticos. Processo, diálogo, empatia, troca, receptividade e escuta: esses são aspectos e recursos comuns a todos os processos efetivamente educativos. Em toda modalidade de educação, são os elementos externos a esses aspectos essenciais que geram sua especificidade: o contexto, as circunstâncias, os referenciais teóricos e as dimensões políticas subjacentes às práticas. No caso da educação museal, não se pode considerar, por exemplo, que o fato de suas ações se realizarem no museu, em relação ao museu ou ao patrimônio musealizado, ou ainda, na relação entre museus e outras instituições, seja o seu único aspecto definidor. Suas características temporais, os diversos campos de conhecimento que agrega, suas metodologias e seu impacto político são igualmente peculiares à modalidade. São indicadores de como ela se processa. Todos esses são aspectos a serem investigados para gerar o panorama pretendido.

Um outro fator muito determinante do trabalho em educação museal é o patrimônio musealizado— aí incluídos o acervo e sua documentação, a edificação, as pesquisas e as ações dirigidas ao público. Esses elementos retratam vivências, memórias, cosmovisões e identidades humanas; são representativos de diversos campos do conhecimento, materializam posições políticas relativas à memória e ao patrimônio cultural. Estabelecem referências para o desenvolvimento de narrativas sobre essas vivências em seus aspectos subjetivos, históricos, políticos e sociais, mas também para o questionamento dessas narrativas. Afinal, o museu é agente de preservação da produção humana, emissor de discursos e adepto de abordagens e metodologias, por mais que eventualmente não se assuma nesta posição. Sabemos que tradicionalmente existe uma pretensão de neutralidade, cada vez mais contestada, como mostram os

recentes protestos antirracistas nos quais foram destruídas homenagens diversas a indivíduos escravagistas eleitos personalidades importantes por narrativas sustentadas por muitas instituições museais. É comum que caiba aos educadores a atualização de discursos e narrativas, muitas vezes em contraposição ao que a expografia ilustra. É no diálogo proposto pelas ações educativas que muitas vezes a inevitável parcialidade é evidenciada, problematizada ou mesmo corroborada.

Mesmo sendo elemento basilar da abordagem do público em tantas instituições, é possível que uma pergunta direta sobre a presença de dialogicidade na prática educativa por exemplo, não leve a essa identificação. Então o caminho indireto seria o mais confiável: a partir da análise da caracterização feita pelos respondentes, depreender o grau de dialogicidade das ações educativas.

Outro aspecto importante e difícil de verificar é a intencionalidade, decisiva para a definição de uma ação como educativa. A expografia, a condução de visitas, e até mesmo as comunicações podem ser ações educativas, desde que realizadas com esse propósito.

A proposta conceitual apresentada pelas educadoras e educador museal Andréa Costa, Fernanda Castro, Milene Chiovatto e Ozias Soares, no **Caderno da Política Nacional de Educação Museal** sintetiza essas atribuições e propósitos:

A Educação Museal envolve uma série de aspectos singulares que incluem: os conteúdos e as metodologias próprios; a aprendizagem; a experimentação; a promoção de estímulos e da motivação intrínseca a partir do contato direto com o patrimônio musealizado, o reconhecimento e o acolhimento dos diferentes sentidos produzidos pelos variados públicos visitantes e das maneiras de ser e estar no museu; a produção, a difusão e o compartilhamento de conhecimentos específicos relacionados aos diferentes acervos e processos museais; a educação pelos objetos musealizados; o estímulo à apropriação da cultura produzida historicamente, ao sentimento de pertencimento e ao senso de preservação e criação da memória individual e coletiva. É, portanto, uma ação consciente dos educadores, voltada para diferentes públicos.

Tão grande quanto o anseio de conhecer todos esses aspectos é a dúvida sobre a viabilidade: tudo isso que se considera tão importante pode se configurar como

indicadores do desenvolvimento da educação museal nos museus brasileiros? É “respondível” por um grande contingente de pessoas, a despeito de sua formação acadêmica e repertório cultural?

Há muitas perguntas e expectativas, mas há também um ponto de partida sólido: a primeira pesquisa nacional sobre práticas em educação museal está em curso e permitirá orientar o trabalho para solucionar algumas delas, e mais importante ainda, gerar os subsídios almejados para que a PNEM seja realizada e adequada à realidade por meio da produção de indicadores para um acompanhamento do trabalho desenvolvido em Educação Museal, prevendo a produção de séries históricas, de um banco de dados amplamente acessível e de análises sobre os mesmos.

Os debates e reflexões que se possa produzir em relação a essa iniciativa serão, sem dúvida, aportes relevantes para o campo do patrimônio e para a cultura, de forma mais ampliada. Num contexto em que pouco tem sido feito pelo conhecimento sobre o desenvolvimento desses campos, todas os esforços podem colaborar para a conformação do cenário sobre o qual atuamos.

Referências

- AIDAR, Gabriela. Museus e inclusão social. *Ciências & Letras*. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n. 31, p. 53-62, 2002.
- CASTRO, Fernanda S. R. (2019). A construção do campo da educação museal: políticas públicas e prática profissional. In *Revista Docência e Cibercultural*. V. 3, nº 2, mai/ago 2019, Rio de Janeiro/RJ, pp 90-114.
- CHAGAS, Mário. Museus de ciências: assim é se lhe parece. In: *Caderno do Museu da Vida - O formal e o não-formal na dimensão educativa do museu 2001/2002*,. Rio de Janeiro: Museu da Vida, 2002, pp. 46-59
- COSTA, Andrea Fernandes. *A formação inicial e continuada de educadores museais: projeto em construção*. In *Revista Docência e Cibercultural*. V. 3, nº 2, mai/ago 2019, Rio de Janeiro/RJ.
- FAZENDA, I. *O que é interdisciplinaridade?*. São Paulo: Cortez. 2008.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

GRUZMAN, Carla e SOARES, Ozias. *O lugar da pesquisa na educação museal: desafios, panorama e perspectivas*. In *Revista Docência e Cibercultural*. V. 3, nº 2, mai/ago 2019, Rio de Janeiro/RJ.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília/DF: IBRAM, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Educação museal: histórico, conceitos e práticas*. Curso a distância em elaboração.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Plano Nacional Setorial de Museus*. Brasília/DF: IBRAM, 2010.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/DEMU, 2008.

SEBRAE – MG. *Políticas Públicas: conceitos e práticas*. Supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas. Belo Horizonte : Sebrae/MG, 2008.

REM-BR, CECA-BR. *A presença e a não presença do trabalhador da educação nos espaços museais*. Webnário. <https://www.youtube.com/channel/UC-Mn768F3xGUarK9HuCFuow>

Ciclo de debates Licenciaturas e Educação Museal: Diálogos possíveis
<https://www.youtube.com/channel/UCXCPiBL1ZD3LtczQbTr8iig>

www.museus.gov.br

www.pnem.museus.gov.br

<https://sabermuseu.museus.gov.br/>

www.unesco.org